



Demonstrações Financeiras

1º semestre/2026

QUALINVEST ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

**Relatórios dos auditores independentes acompanhado do relatório de avaliação dos controles internos,
das demonstrações contábeis e notas explicativas em 30 de junho de 2026**

Sumário

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	2
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	6
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA	20

1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Quotistas e Administradores da

QUALINVEST ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

São Paulo - SP

Prezados Senhores

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Qualinvest Administradora de Consórcio Ltda, em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, dos recursos de consórcio consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Qualinvest Administradora de Consórcio Ltda., em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2026 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para os semestres e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

-Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.

-Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Bauru/SP, 27 de agosto de 2026.

AZEVEDO AUDITORES INDEPENDENTES

LUÍS EDUARDO AZEVEDO

CNAI - 4382

CRC - 1SP-292909/O

CPF – 306.779.788-47

Auditor Independente

CLAUDIA BENFICA DA ROSA

Contadora CRC-1SP321495/O-0

Auditor Assistente

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, representadas pelo Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, dos Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Recursos de Consórcio Consolidada e das Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidadas, incluindo as respectivas Notas Explicativas.

BALANÇO PATRIMONIAL

a) (Em milhares de Reais)

ATIVO	30.06.2026	31.12.2025
<u>Circulante</u>	<u>3.053</u>	<u>2.815</u>
Depósitos Bancários	108	82
Títulos e Valores Mobiliários	647	638
Realizável à Curto Prazo	2.298	2.095
Outros Créditos	2.275	2.095
Outros Valores e Bens	23	-
<u>Não Circulante</u>	<u>25</u>	<u>28</u>
Permanente	25	28
Imobilizado de Uso	25	28
TOTAL DO ATIVO	3.078	2.843

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL
b) (Em milhares de Reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>30.06.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
<u>Circulante</u>	<u>904</u>	<u>971</u>
Fiscais e Previdenciárias	31	29
Diversas	87	69
Recursos Pendentes Recebimento	786	872
<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>2.174</u>	<u>1.872</u>
Capital Social	2.000	600
Reservas de Lucros	<u>176</u>	<u>1.272</u>
Reserva Legal	120	120
Reservas para Contingências	56	1.152
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-2	-
TOTAL DO PASSIVO	3.078	2.843

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO
(Em milhares de Reais)

NOMENCLATURA	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
RECEITAS OPERACIONAIS	860	674
Rendas de Taxas de Administração	811	618
Outras Rendas Operacionais	7	4
Rendas de Títulos Renda Fixa	42	52
DESPESAS OPERACIONAIS	-856	-904
Despesas Administrativas	-723	-787
Despesas Tributárias	-4	-24
Outras Despesas Operacionais	-129	-93
RESULTADO OPERACIONAL	4	-230
Resultado Antes do Imp. de Renda	4	-230
Imposto de Renda e Contribuição Social	-3	-
Participações no Lucro	-3	-4
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-2	-234

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

NOMENCLATURA	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Lucro Líquido do Período	-2	-234
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total Lucro Líquido Abrangente do Semestre	-2	-234

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Descrição	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-2	-234
Depreciação e amortização	3	3
Ajustes Exercícios Anteriores	303	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	-203	-45
Créditos Diversos	-203	-45
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	-68	31
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	1	3
Outras obrigações e contas a pagar	17	28
Recursos Pendentes Recebimento	-86	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	33	-245
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado e adições ao diferido	2	-33
Caixa gerado pelas atividades de investimento	2	-33
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	35	-278
DISPONIBILIDADES:		
Saldo inicial	720	1.048
Saldo Final	755	769
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DAS DISPONIBILIDADES	35	-278

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 30.06.2025	600	2.196	2.796
Resultado do 2.o Semestre de 2025	-	-289	-289
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-635	-635
Saldo em 31.12.2025	600	1.272	1.872
Aumento de capital com reservas lucros	1.400	-1.400	-
Resultado do 1.o Semestre de 2026	-	-2	-2
Ajustes Exercícios Anteriores	-	304	304
Saldo em 30.06.2026	2.000	174	2.174

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
<u>CIRCULANTE</u>	14.341	9.954
Disponibilidades	1	1
Depósitos Bancários	1	1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.107	868
Disponibilidades dos Grupos	593	262
Vinculadas a Contemplação-Demais Aplicações	1.514	606
Outros Créditos	12.233	9.085
Direitos Junto Consorciados Contemplados	12.233	9.085
- Normais	12.206	9.085
- Em Atraso	27	-
<u>COMPENSAÇÃO</u>	86.865	60.935
Previsão Mensal de Recursos a Receber	954	559
Contribuições devidas aos Grupos	42.921	30.236
Consorticiados – Bens a Entregar	42.990	30.140
TOTAL GERAL DO ATIVO	101.206	70.889
<u>PASSIVO</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
<u>CIRCULANTE</u>	14.341	9.954
Obrigações com Consorticiados	12.495	9.121
Valores a Repassar	-	38
Obrigações por Contemplações a Entregar	1.514	606
Recursos do Grupo	332	189
<u>COMPENSAÇÃO</u>	86.865	60.935
Recursos Mensais a Receber de Consorticiados	954	559
Obrigações dos Grupos por Contribuições	42.921	30.236
Bens ou Serviços a Contemplar	42.990	30.140
TOTAL GERAL DO PASSIVO	101.206	70.889

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
(Em milhares de Reais)

NOMENCLATURA	1º SEMESTRE/2026	ACUMULADO 1º SEMESTRE 2026	1º SEMESTRE/2025	ACUMULADO 1º SEMESTRE 2025
Disponibilidades Iniciais	1.332	-	896	-
Depósitos Bancários	1	-	0	-
Aplicações Financeiras de Grupos	152	-	72	-
Aplicação Finan. Vinculadas a Contemplaões	1.179	-	824	-
(+) Recursos Coletados	6.438	30.695	4.459	18.952
Contribuições Aquisição de Bens	5.380	26.777	3.797	16.853
Taxa de Administração	840	3.433	611	1.836
Contribuição ao Fundo Reserva	23	112	15	69
Rendimentos de Aplicações Financeiras	107	337	36	167
Multas e Juros Moratórios	6	17	-	8
Desp. Registros Contratos Garantia - Coletado	-	19	-	-
Outros	82	-	-	19
(-) Recursos Utilizados	5.662	28.587	4.487	18.084
Aquisição de Bens	4.805	25.091	3.873	16.227
Taxa de Administração	854	3.433	579	1.799
Multas e Juros Moratórios	3	9	-	4
Desp. Registros Contratos Garantia - Utilizado	-	19	-	19
Devolução a Consorciados Desligados	-	35	35	35
Disponibilidades Finais	2.108	2.108	868	868
Depósitos Bancários	1	1	1	1
Aplicações Financeiras de Grupos	593	593	261	261
Aplicação Finan. Vinculadas a Contemplaões	1.514	1.514	606	606

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

(Em milhares de reais)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Qualinvest Administradora de Consórcio Ltda** é uma sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto social a constituição, organização e administração de grupos de consórcios destinados a propiciar aos respectivos participantes a aquisição de bens móveis duráveis, por meio de autofinanciamento, com os recursos deles coletados. Autorizada a funcionar em maio de 2017 pelo Banco Central, iniciou suas atividades operacionais em julho de 2017.

II. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas na forma da legislação societária.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, aplicáveis às entidades financeiras, e de conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões.

As demonstrações contábeis encerradas em 30.06.2026 e as de 31.12.2025, para comparabilidade, foram demonstradas em Milhares de Reais.

III. RESUMO DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

A apuração do resultado está em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas no período a que pertencem.

b. Disponibilidades

Estão representados em moeda nacional, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O saldo líquido em Certificados de Depósito Bancário é R\$ 647.204,94 (todos os certificados são de liquidez diária, conforme extrato de aplicação).

d. Outros Créditos

Cotas de grupos de consórcio R\$ 2.074.759,53. O montante refere-se à aquisição de 14 cotas no grupo MV10 gerido pela Administradora, cujas contemplações somente ocorrerão após a contemplação de todos os consorciados, conforme parágrafo 2º, art. 15 da Lei 11.795/2008.

e. Despesas Antecipadas

Diferimento das despesas com impostos no valor de R\$ 22.761,35 conforme disposições do CPC 47, cuja apropriação ocorre de acordo com o prazo do contrato junto ao cliente.

f. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão avaliados e demonstrados pelo custo. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre os valores do ativo imobilizado com base nas taxas de depreciação determinadas em função da vida útil dos bens.

g. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Composição do saldo de R\$ 904.290,41 ao valor justo:

- 1) Fiscais e Previdenciárias: R\$ 31.009,60 (valores referentes 06/2026 a serem quitados em 07/2026)
- 2) Taxa de Administração Antecipada: R\$ 786.322,72 (valor apurado pelo ERP SIENS programa CPC-47). Corresponde à taxa de administração recebida dos participantes dos grupos de consórcio de forma antecipada ao regime de competência, a ser realizada ao longo do tempo por ocasião da satisfação da obrigação de performance, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.
- 3) Provisão para Pagamento a Efetuar:
 - Despesas de Pessoal: R\$ 57.349,29
 - Outros Pagamentos: R\$ 7.120,00
- 4) Credores Diversos no País: R\$ 22.488,80 (valores referentes 06/2026 a serem quitados em 07/2026)

h. Provisão de férias e encargos

As provisões de férias vencidas e proporcionais, 13º Salário, e os respectivos encargos são constituídos com base na remuneração dos empregados a razão de 1/12 avos mensalmente, sobre a remuneração dos empregados e seus encargos sociais.

i. Tributos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre a receita tributável para contribuição social.

j. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Outros ativos e passivos circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis até 12 meses do exercício seguinte são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente, conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 46.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização. Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial.

k. Receitas e Despesas

As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Administradora são reconhecidas pro rata temporis pelo regime de competência de exercícios, conforme Art. 7º da Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021.

l. Receita de Contrato com Cliente (CPC 47)

Em 2025 realizamos no ERP-SIENS programa específico CPC 47, a apuração da receita de contratos com clientes retroativos a 01/2022, data da entrada em vigor da Resolução BCB nº 120.

A partir de 01/2026 as movimentações são registradas normalmente nas contas de Ativo e Passivo, em contrapartida às contas de receitas e despesas do próprio período, pelo sistema conforme o programa da Siens, desenvolvido especificamente para atender ao CPC-47.

A Administradora adota integralmente as disposições do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As receitas decorrem substancialmente da taxa de administração incidente sobre os grupos de consórcio, que corresponde à remuneração pelos serviços de gestão, organização e administração prestados ao longo da duração dos grupos.

O reconhecimento da receita ocorre de forma linear, ao longo do prazo de vigência dos grupos, em conformidade com a transferência contínua dos serviços de administração aos consorciados. Nos casos em que a administradora recebe antecipadamente a taxa de administração, o valor é mantido como obrigação em conta apropriada do passivo, sendo reconhecida ao longo do tempo de duração da cota, conforme a satisfação da performance junto ao cliente.

No primeiro semestre de 2026, não houve a incorrência de dispêndios relativos a comissões sobre vendas de cotas de consórcio na Administradora, sendo as vendas realizadas pela diretoria, não gerando custos incrementais.

m. Demonstrativo de Limites Operacionais

Saldo dos Grupos - conta 09.0.0.0.0-7 (4350)	2.107.930,30
(-) Aplicação Financeira Vinc. Contempl. Conta 09.6.0.0.0-9 (4350)	(1.514.398,14)
Passivo Circulante da Adm. Conta 4.0.0.00.00-8 (4010)	904.290,41
(-) Taxa Administração Antecipadas (CPC 47)	(471.793,63)
RESULTADO	1.026.028,94
Divisor	6
RESULTADO DA DIVISÃO (1)	171.004,82
Patrimonio Líquido DEZ/2025	2.176.402,54
Contas de Resultado Credoras (conta 7.0.0.00.00-9)	859.655,48
(-) Contas de Resultado Devedoras (conta 8.0.0.00.00-8)	(862.452,43)
P.L.A. P/ Alavancagem de Vendas –JUN/2026 (2)	2.173.605,59
Ativo não Circulante - Investimentos e Imobilizado (3)	25.008,64
SUPERÁVIT DO P.L. P/ COBERTURA ATIVO PERMANENTE (4) = (2-3)	2.148.596,95

IV. RESUMO DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS DOS GRUPOS

a. Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações foram realizadas em cotas de fundos de curto prazo do Banco Itaú para a data-base. Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes do normativo do BACEN. Os rendimentos destas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo.

b. Outros créditos

Referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e os valores a receber referentes às parcelas a vencer do fundo comum e fundo de reserva.

c. Obrigações com consorciados

Representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens.

d. Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando houver o encerramento do grupo.

V. DISPONIBILIDADES

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Depósitos bancários	108	82
Títulos e valores mobiliários	<u>647</u>	<u>638</u>
	755	720

As disponibilidades incluem depósitos bancários e aplicações, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites.

VI. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Fiscais e previdenciárias	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
PIS e COFINS	10	8
ISSQN	8	7
Impostos s/ Serviços Terceiros	2	1
INSS / FGTS / IRRF	<u>11</u>	<u>13</u>
	31	29
Recursos pendentes de recebimento		
Taxa de administração antecipada	786	872
Diversas (a)	<u>87</u>	<u>70</u>
	904	971

(a) Este saldo estava composto por:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Provisão pagamentos a efetuar	64	52
Credores diversos – país	<u>23</u>	<u>18</u>
	87	70

VII. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) e está representado por 2.000.000 (dois milhões) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

VIII. DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Demonstrações dos recursos de consórcios consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada

(a) Recursos a utilizar

Representam os créditos bancários, saldo de conta corrente e aplicações financeiras à disposição dos grupos de consórcios. As aplicações financeiras estão adicionadas com os respectivos rendimentos obedecendo às regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

(b) Recursos coletados

Representam os valores de contribuições pagas pelos consorciados, respectivos a cada grupo de consórcio, reconhecidos mensalmente por regime de caixa.

A Contribuição de Fundo Comum é calculada por meio do valor do bem dividido pelo número de meses de duração do grupo de consórcio. O valor da prestação é acrescido das taxas de Fundo de Reserva e de administração.

(c) Recursos utilizados

Representam os valores de aquisição de bens, de pagamentos de seguros contratuais, de distribuição de saldo aos consorciados excluídos, outras obrigações inerentes aos respectivos e as transferências à Administradora de taxa de administração.

(d) Informações complementares consolidadas sobre os grupos administrados pela sociedade

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Consortiados ativos	283	168
Bens entregues no período	18	26
Consortiados ativos inadimplentes	4	34
Taxa de inadimplência	1%	20%
Bens pendentes de entrega cliente	9	8

IX. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2026 a empresa possuía instrumentos financeiros representados substancialmente, por bancos, contas a receber e contas a pagar. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos Balanços Patrimoniais findo naquela data aproximam-se do valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações e juros atualizados até a data do Balanço. Todos estão mensurados aos valores justos CPC46, descritos no item III.

X. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu nenhum evento subsequente relevante na entidade de 30/06/2026 até a data do nosso relatório.

Márcio Silva Chaves

RG 27.981.959-6

CPF 213.566.758-75

Diretor

Regina Liz Rocha

CRC: MG 47.265

CPF: 649.852.026-49

Contadora

QUALINVEST ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA

Senhores Sócios: Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio e a Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos, devidamente acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao semestre findo em junho/2026. A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores sócios para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração dos recursos de consórcio consolidada;
- Demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada;
- Notas explicativas;
- Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período (Resolução BCB nº 2/20 de 12 de agosto de 2020.) e;
- Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração sobre os Negócios Sociais e os Principais Fatos Administrativos do Período

Prezados Senhores,

A Administradora possui 02 grupos em andamento, com 283 consorciados ativos. Registrou prejuízo líquido R\$ 2 mil no semestre findo em 30 de junho de 2026 e patrimônio líquido no total de R\$ 2.174 mil.

Externamos nossos mais sinceros agradecimentos, reforçando o compromisso pela contínua busca de melhoria, aperfeiçoamento de nossos processos e profissionalismo na condução de nossos negócios.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.